Universidade de Brasília
Instituto de Ciência Política

Golpes Militares na América Latina

O papel dos Estados Unidos na articulação e apoio aos golpes militares no Brasil, Chile e Argentina durante a Guerra Fria

Jordana Tavares da Silva

Brasília-DF
Dezembro/2025

Universidade de Brasília
Instituto de Ciência Política

Golpes Militares na América Latina

O papel dos Estados Unidos na articulação e apoio aos golpes militares no Brasil, Chile e Argentina durante a Guerra Fria

Jordana Tavares da Silva*

Monografia apresentada ao Curso de Ciência Política, do Instituto de Ciência Política, Universidade de Brasília, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Ciência Política sob a orientação do professor Gustavo Rodrigues Mesquita.

Brasília-DF

AGRADECIMENTOS

Não há batalha que se ganhe completamente só. Por isso, agradeço imensamente a todos e todas que contribuíram para a realização deste trabalho. Embora seja impossível nomear todas as vozes, gestos e presenças que tornaram essa jornada possível, não poderia deixar de registrar, com profunda gratidão, aqueles e aquelas a quem dedico minha mais pura e sincera homenagem.

Em primeiro lugar, agradeço a Deus, por me conceder força e saúde para superar cada etapa da minha caminhada acadêmica.

Aos meus pais, que debaixo de muito sol, me fizeram chegar até aqui, pela sombra e com água fresca. A eles, deixo toda a minha admiração, gratidão e amor, pelo apoio constante e pelos valores compartilhados ao longo desta jornada.

À minha mãe, que me ensinou a valorizar as pequenas coisas da vida e a ser feliz, independentemente das circunstâncias. Que, com seu amor incondicional e sabedoria, me mostrou a importância da simplicidade, da fé e da resiliência.

Ao meu pai, por me ensinar a importância da independência e, por meio de seu exemplo de força, trabalho e determinação, me incentivou a construir meus próprios caminhos e a permanecer fiel ao que acredito.

Ao meu companheiro de vida, Jefferson. Desde o primeiro momento em que ingressei na universidade, você esteve ao meu lado, caminhando comigo em cada desafio e conquista permanecendo firme até o final da minha graduação. Meu parceiro incansável nos trabalhos acadêmicos, que aprendeu a apreciar a Ciência Política não apenas pelo conteúdo, mas pelo profundo significado que ela tem para mim. Agradeço pelo apoio constante, pelas palavras de incentivo e pela confiança depositada em mim.

Às minhas amigas e companheiras de trajetória universitária, que compartilharam comigo os desafios desse percurso e tornaram a caminhada mais leve, humana e significativa. Agradeço, com carinho, a Leticia Leimgruber, Fernanda Rocha, Catherina Pignaton, Julia Queiroz, ao meu amigo Santh Silva e à minha mais recente e querida amiga, Sammela Costa, que chegou nos momentos finais da graduação e se tornou uma grande companheira. Em especial, minha grande amiga Clara Lima, que esteve ao meu lado desde o primeiro dia de aula até o encerramento desta jornada. Obrigada por todo o companheirismo e parceria inabalável.

À minha avó, Maria Núbia *(in memoriam)*, que vibrou comigo ao receber a notícia da minha entrada na universidade, mas que não pôde estar presente na minha conclusão. Onde quer que esteja, sei que celebra minha trajetória com a mesma alegria de sempre.

À minha avó materna, Maria de Lourdes, pelo carinho constante, pelas palavras de incentivo e pelo apoio incondicional ao longo de toda a minha formação.

Ao meu avô Jaime Tavares, por despertar em mim, desde a infância, o interesse pela política, por apresentar seus diferentes aspectos e por contribuir de forma decisiva para o desenvolvimento do meu pensamento crítico e da minha autonomia intelectual.

Aos meus sogros e cunhadas, que compartilharam comigo esta jornada, sendo fontes de apoio, carinho e incentivo ao longo de todo o caminho. A presença de vocês foi muito importante, sou profundamente grata pelo suporte e pelo afeto compartilhado.

E, por fim, e não menos importante, ao meu orientador, Gustavo Mesquita, pelo apoio, orientação e compreensão ao longo do desenvolvimento do meu Trabalho de Conclusão de Curso.

A todas essas pessoas e tantas outras que cruzaram meu caminho e me fortaleceram, minha eterna gratidão.

"Consagre ao Senhor tudo o que você faz, e os seus planos serão bem-sucedidos"
Provérbios 16:3

Golpes Militares na América Latina

O papel dos Estados Unidos na articulação e apoio aos golpes militares no Brasil, Chile e Argentina durante a Guerra Fria

Resumo: O artigo analisa o papel dos Estados Unidos na articulação e no apoio aos golpes militares ocorridos no Brasil (1964), no Chile (1973) e na Argentina (1976), no contexto da Guerra Fria. Argumenta-se que tais intervenções integraram uma estratégia geopolítica voltada à contenção do comunismo e à preservação da hegemonia norte-americana na América Latina. A partir de uma abordagem histórico-comparativa, o estudo evidencia semelhanças estruturais entre os regimes autoritários e destaca suas especificidades nacionais, bem como os distintos caminhos de transição democrática.

Palavras-chave: Ditadura Militar – Estados Unidos – Guerra Fria - Brasil – Chile – Argentina

Military Coups in Latin America

The Role of the United States in the Articulation and Support of Military Coups in Brazil, Chile, and Argentina during the Cold War

Abstract: This article analyzes the role of the United States in the articulation and support of the military coups that took place in Brazil (1964), Chile (1973), and Argentina (1976) within the context of the Cold War. It argues that these interventions were part of a broader geopolitical strategy aimed at containing communism and preserving U.S. hegemony in Latin America. Through a historical-comparative approach, the study identifies structural similarities among the authoritarian regimes while also highlighting their national specificities and the distinct paths of democratic transition.

Keywords: Military Dictatorships; United States; Cold War; Brazil; Chile; Argentina.

Após a Revolução Cubana, em 1959, os Estados Unidos passaram a reformular sua estratégia de segurança para o continente americano. A principal preocupação deixou de ser uma possível ameaça externa e passou a se concentrar em um suposto "inimigo interno", representado por grupos e governos que apresentavam tendências de esquerda ou projetos de transformação social. Esse novo entendimento levou Washington a elaborar políticas voltadas para o controle político e militar da América Latina, apoiando e influenciando diretamente as Forças Armadas dos países da região (Bandeira, 2005).

Nesse sentido, os Estados Unidos difundiram as doutrinas de contrainsurgência e de ação cívica, que apresentavam as Forças Armadas como instituições modernas e capazes de promover o desenvolvimento econômico e social, além de combater o avanço do comunismo. Por meio de órgãos como a Junta Interamericana de Defesa (JID) e o Colégio Interamericano de Defesa, foram promovidos treinamentos, cursos e intercâmbios voltados à formação ideológica de oficiais latino-americanos, criando uma cultura política que legitimava a interferência militar na vida política nacional (Bandeira, 2005).

Como se observa em *Formação do Império Americano: da Guerra contra a Espanha à Guerra no Iraque* (2005), os golpes que ocorreram em diversos países da América Latina nas décadas de 1960 e 1970 não resultaram apenas de fatores internos, mas de um processo mais amplo de reestruturação da política hemisférica liderada pelos Estados Unidos. A partir dessa lógica, os militares foram incentivados a assumir o papel de "guardiãs da ordem e da segurança nacional" e a agir sempre que percebessem ameaças ao modelo capitalista e aos interesses norte-americanos.

Apesar do discurso democrático presente em iniciativas como a Aliança para o Progresso[1], o governo norte-americano manteve uma postura ambígua: condenava formalmente as rupturas institucionais, mas, na prática, tolerava ou apoiava regimes autoritários desde que fossem anticomunistas e mantivessem alinhamento com a política de segurança dos Estados Unidos. Essa contradição entre o discurso democrático e a prática intervencionista caracterizou a política externa norte-americana durante a Guerra Fria e

[1] Aliança para o Progresso, criada por John F. Kennedy em 1961, representou uma tentativa dos Estados Unidos de estabelecer uma parceria de desenvolvimento com a América Latina em meio às tensões da Guerra Fria. Embora apresentada como um esforço para ampliar oportunidades econômicas e sociais, a iniciativa carregava também a preocupação estratégica de conter o avanço da influência soviética e cubana na região. Formalizada pela Carta de Punta del Este, a ajuda norte-americana vinha condicionada ao cumprimento de metas e à adoção de planos de desenvolvimento que refletiam interesses e diretrizes de Washington.

contribuiu diretamente para a consolidação de regimes militares na América Latina, como no Brasil, no Chile e na Argentina, que se apresentavam como parte de um esforço continental de "defesa da civilização ocidental" contra o comunismo.

É importante evidenciar que a geopolítica da Guerra Fria foi marcada pela disputa hegemônica entre os Estados Unidos e a União Soviética, em um cenário de polarização ideológica que ultrapassou as fronteiras europeias e alcançou diretamente a América Latina.

Por outro lado, os regimes autoritários na região foram compreendidos como barreiras estratégicas para conter a influência soviética e assegurar a hegemonia estadunidense no hemisfério ocidental. Dessa forma, depois da Revolução Cubana, compreende-se que a América Latina se tornou uma peça-chave na política externa norte-americana, sendo tratada como "zona de segurança" indispensável à manutenção de sua supremacia global.

Embora exista uma continuidade estrutural na projeção de poder dos Estados Unidos no hemisfério, os mecanismos de apoio, influência e articulação empregados pelo país variam de acordo com a orientação político-ideológica dos partidos que ocupam o governo, especialmente entre Democratas e Republicanos. As diferenças entre eles, sobretudo na condução da política externa e nas áreas comercial e de segurança, são substantivas.

Compreender essa distinção é fundamental, pois, embora ambos os partidos operem dentro da lógica da hegemonia norte-americana, eles a expressam por meios distintos. De modo geral, presidentes democratas tendem a se orientar pelo liberal-internacionalismo, privilegiando a diplomacia, o fortalecimento de organismos multilaterais e a defesa retórica de direitos humanos. Já os republicanos, em contraste, aproximam-se de posições mais realistas e nacionalistas, marcadas por unilateralismo, ênfase na segurança e pelo uso, ou ameaça da força como instrumento legítimo da política externa.

Essa diferenciação encontra respaldo empírico em estudos como o de Valls Pereira (2000), que demonstra que governos republicanos recorreram historicamente a medidas coercitivas e protecionistas, como barreiras comerciais unilaterais e instrumentos de pressão direta, ao passo que administrações democratas favoreceram estratégias de cooperação, negociação e institucionalização de normas internacionais.

Além disso, elementos reforçam que, mesmo diante da continuidade da hegemonia estadunidense, democratas e republicanos divergem profundamente na forma como operacionalizam sua influência, especialmente na América Latina. Os republicanos, de modo recorrente, adotam políticas externas mais assertivas e centradas na segurança, o que historicamente incluiu apoio a governos alinhados à contenção geopolítica e à doutrina de segurança nacional durante a Guerra Fria. Vale ressaltar que, os democratas, por sua vez,

sobretudo a partir da década de 1960, incorporaram ao discurso temas como direitos humanos, democracia, desenvolvimento e governança institucional. Isso não implicou ausência de intervenção, mas sim intervenções legitimadas por uma retórica liberal-progressista, associada ao chamado *soft power*.[2]

Dessa forma, é possível afirmar que, embora ambos os partidos atuem dentro de uma lógica imperial e busquem preservar a posição dominante dos Estados Unidos no hemisfério, os caminhos que escolhem para exercer essa hegemonia diferem profundamente.

Nessa mesma linha de raciocínio, o período de bipolaridade mundial, contudo, começou a perder força a partir da segunda metade da década de 1980, quando a União Soviética passou por um processo de reestruturação interna sob a liderança de Mikhail Gorbachev, com as políticas de *glasnost* (abertura) e *perestroika* (reconstrução) (Bandeira, 2005). Esses movimentos indicaram o enfraquecimento da lógica bipolar que sustentava o conflito. O ponto simbólico de encerramento desse período foi a queda do Muro de Berlim, em 1989, evento que marcou o colapso do bloco socialista europeu e o fim da hegemonia ideológica da Guerra Fria. Esse acontecimento reconfigurou as relações internacionais e revelou que grande parte das intervenções estadunidenses nas décadas anteriores fora sustentada por uma justificativa ideológica que, com o fim da polarização global, perdeu seu principal fundamento.

Sob o pretexto de defesa da liberdade, Washington consolidou uma política de contenção que reforçou sua hegemonia hemisférica, transformando o anticomunismo em um instrumento de dominação política e ideológica. (Bandeira, 2005).

A consolidação e a manutenção desses regimes, portanto, não ocorreram de maneira espontânea, mas resultaram de uma complexa rede de influências políticas, militares, econômicas e ideológicas promovidas pelos Estados Unidos. Uma das principais formas de influenciar as Forças Armadas latino-americanas foi a difusão de um campo ideológico coeso, por meio da Doutrina de Segurança Nacional, difundida em escolas e academias militares da região, como a *School of the Americas* (SOA), fundada pelos Estados Unidos em 1946. Inicialmente situada no Panamá, a escola foi transferida para Fort Benning, na Geórgia, após 1984, em função dos termos do Tratado do Canal do Panamá. Documentos Revelados, 2025).

Portanto, houve críticas que acompanharam sua atuação: o então presidente panamenho Jorge Illueca a descreveu como “a maior base para a desestabilização na América Latina”, e

[2] Soft power = Poder Brando: capacidade de influenciar outros países por meio de atração e persuasão, e não pela força, utilizando valores, cultura e diplomacia.

meios de comunicação locais chegaram a apelidá-la de “Escola de Assassinos” (Documentos Revelados, 2025).

A Escola das Américas exerceu grande atração entre instrutores e alunos pertencentes às elites militares latino-americanas. Desde sua fundação, estima-se que a instituição tenha formado mais de 60 mil militares, com um currículo que ia além das táticas convencionais, incluindo cursos de guerra psicológica, contra-insurreição e técnicas de interrogatório. Segundo críticas, tais treinamentos teriam sido aplicados para reprimir movimentos sociais, sindicalistas, jornalistas e setores do clero, reforçando práticas de controle interno e autoritarismo nos países latino-americanos (Documentos Revelados, 2025).

Além da influência ideológica, consolidou-se também uma forte cooperação militar e econômica entre os Estados Unidos e os governos latino-americanos. Por meio do fornecimento de armamentos, do treinamento de oficiais e da implementação de programas de assistência técnica, Washington estimulou um vínculo de dependência tecnológica e estratégica das Forças Armadas locais em relação ao seu poderio[3]. Assim, a aproximação não apenas reforçava a capacidade operacional dos militares latino-americanos, mas também moldava sua visão de mundo e sua percepção sobre as ameaças internas e externas, alinhando-as aos interesses geopolíticos norte-americanos.

Nesse contexto, a postura do governo Kennedy revela nuances importantes. Embora o presidente declarasse publicamente oposição às rupturas institucionais, sua administração acabou cedendo às pressões do Pentágono e de setores conservadores da política externa, que enxergavam nos governos autoritários de direita parceiros mais “confiáveis” na contenção do comunismo. Contudo, Kennedy terminou por reconhecer regimes que violavam a ordem constitucional, quando estes se mostravam funcionalmente alinhados à lógica da segurança continental defendida por Washington. A transição entre esses elementos evidencia como a cooperação técnico-militar e o pragmatismo político se articularam na legitimação de golpes de Estado na região, reforçando um padrão de intervenção indireta que marcou a política norte-americana durante a Guerra Fria. (Bandeira, 2005).

Sob essa mesma lógica, Hobsbawm (1995) observa que o anticomunismo nos Estados Unidos não surgiu apenas como uma política de governo, mas como um sentimento popular profundamente enraizado na cultura política do país. Segundo o autor, “o anticomunismo era

[3] Lincoln Gordon apresentou ao Departamento de Estado norte-americano um plano de contingência para a deposição de João Goulart, prevendo desde o apoio a governadores oposicionistas até o envio de “frotas, armas, munição, combustível e tropas” para sustentar forças aliadas aos interesses estadunidenses (STARLING; MARQUES; BAIÃO, 2025, p. 21).

genuína e visceralmente popular num país construído sobre o individualismo e a empresa privada" (Hobsbawm, 1995, p. 231), o que demonstra que a rejeição ao comunismo estava diretamente associada à ideologia do americanismo, a crença de que os valores norte-americanos, como a liberdade individual e a economia de mercado, eram universais e opostos ao socialismo.

A atuação estadunidense também se deu por vias diplomáticas e econômicas. Durante a Guerra Fria, o governo norte-americano intensificou o uso da diplomacia como instrumento de influência, substituindo as intervenções militares diretas por mecanismos de controle mais sutis, como acordos bilaterais, concessões de crédito e programas de ajuda financeira, a exemplo da Aliança para o Progresso, criada durante o governo Kennedy.

Dessa forma, a manutenção dos regimes militares na América Latina ocorreu por meio de um conjunto articulado de estratégias que envolviam diplomacia, apoio militar e influência ideológica. A relação entre os Estados Unidos e as ditaduras do Brasil, Chile e Argentina evidencia que o apoio estadunidense não se limitava a um aspecto isolado, mas operava de maneira integrada, combinando poder político e econômico. Essa estrutura de dominação reforçou a dependência regional e consolidou a América Latina como zona de influência norte-americana durante a Guerra Fria, em que a estabilidade política e o combate ao comunismo eram utilizados como justificativas para a perpetuação de regimes autoritários alinhados aos interesses dos Estados Unidos.

A partir dessa compreensão, torna-se importante evidenciar que o mesmo país que, nas décadas de 1960 e 1970, apoiou, legitimou e deu sustentação a regimes autoritários passou, nos anos 1980, a atuar como promotor de processos de abertura política. Todavia, essa inflexão não representou uma ruptura moral ou uma mudança de valores, mas refletiu uma reorientação estratégica da política externa norte-americana diante da crise das ditaduras, do desgaste interno dos regimes militares e do novo equilíbrio geopolítico da Guerra Fria tardia.

A luz desse contexto, Marcos Paulo Tonial,[4] destaca "havia uma agenda bem clara por parte da Casa Branca sobre a necessidade de estabelecer uma política diplomática alinhada com a América Latina"[1], articulando discursos pró-democracia a interesses econômicos e de segurança. Dessa forma, os Estados Unidos passaram a defender a redemocratização como um caminho compatível com a preservação de sua influência regional e com a consolidação de um modelo político-econômico liberal que se tornava hegemônico no período.

[4] TONIAL, Marcos Paulo. *A política externa de Reagan e a redemocratização da América Latina (1981–1988).* Anos 90, Porto Alegre, v. 13, n. 23/24, p. 241-253, 2006.

Nos anos 1960, esse discurso se intensificou após a Revolução Cubana, em 1959, que instaurou o primeiro governo comunista nas Américas. O triunfo de Fidel Castro foi interpretado por Washington como uma ameaça direta à sua hegemonia regional, levando à formulação de políticas de contenção, como a Aliança para o Progresso, e ao aumento da cooperação militar com governos aliados. Como destaca Schwarz, as camadas médias foram poupadas no golpe e "*a presença cultural da esquerda não foi liquidada naquela data e de lá para cá não parou de crescer*" (Schwarz, 2008, p. 71).

O apoio ao golpe militar de 1964 no Brasil foi publicamente justificado como uma ação necessária para conter a ameaça de uma suposta "república sindicalista" e assegurar a estabilidade política do país. Conforme aponta Fausto (2012), uma alegada carta atribuída a João Goulart, datada de 1953, na qual ele e Juan Domingo Perón teriam planejado a organização de uma insurreição armada com o objetivo de transformar o Brasil em uma república sindicalista, revelou-se posteriormente forjada e teria sido comercializada por intermediários argentinos a setores oposicionistas.

O envolvimento dos Estados Unidos no processo que culminou no golpe civil-militar de 1964 configurou-se como um conjunto articulado de ações ideológicas, políticas e militares que, ao longo dos anos anteriores à ruptura institucional, contribuíram para fragilizar o governo João Goulart e preparar as condições para sua deposição. Dessa forma, a atuação norte-americana não se limitou ao apoio diplomático posterior ao golpe, ela integrou um projeto estratégico mais amplo, voltado à contenção das reformas sociais propostas por Goulart, entendidas pelos Estados Unidos como um risco potencial no contexto de tensão geopolítica da Guerra Fria (Starling et al., 2025).

De igual modo, o governo Kennedy utilizou mecanismos econômicos e de cooperação internacional para fortalecer politicamente lideranças oposicionistas, uma vez que recursos foram direcionados preferencialmente a estados governados por adversários de Goulart, constituindo o que o embaixador Lincoln Gordon descreveu como uma "política de ilhas de sanidade administrativa", cujo propósito era sustentar administradores alinhados ao anticomunismo e, assim, alterar o equilíbrio político nacional (Starling et al., 2025).[5].

O apoio norte-americano manifestou-se também no plano simbólico, por meio da produção e circulação de propaganda anticomunista com grande volume. Organizações como

[5] STARLING, Heloisa Murgel; MARQUES, Danilo Araujo; BAIÃO, Livia de Sá. *1964: Imagens de um golpe de Estado*. Brasília: Senado Federal, 2025.

o IPES[6] e IBAD[7], com respaldo material ou ideológico dos Estados Unidos, estruturaram uma poderosa rede de comunicação que disseminava discursos contrários ao governo e às Reformas de Base (Starling et al., 2025).

Ademais, o governo de Humberto de Alencar Castello Branco construiu, por meio de seus discursos presidenciais, uma narrativa de legitimação do golpe, buscando afastar o termo "golpe" e substituí-lo pela ideia de "Revolução de 31 de março". Como observa Schweickardt, a produção ideológica do regime, expressa em pronunciamentos oficiais e programas de governo, revela um esforço consciente para reinterpretar o golpe como uma ação moralizadora e necessária à salvação da pátria.

Assim, o Brasil, em 1964, funcionou como um laboratório de apoio norte-americano não apenas na execução material do golpe (treinamento militar e auxílio logístico), mas também na construção simbólica de sua legitimidade política, por meio do financiamento a institutos civis anticomunistas e da difusão de uma influência ideológica que preparou o terreno para os eventos subsequentes no Chile e na Argentina (Hobsbawm, 1995).

Já no Chile, a materialização desse conceito ocorreu por meio da chamada "*Operação Limpeza*", destinada a erradicar qualquer vestígio físico e simbólico do governo anterior. A ditadura impôs padrões estéticos e comportamentais, associando a aparência de esquerda à subversão, promovendo cortes de cabelo curtos e proibindo barbas. De forma ainda mais brutal, espaços públicos foram transformados em cenários de terror: o Rio Mapocho, antes local de expressão artística, passou a ser utilizado para o descarte de corpos de opositores torturados e executados, enquanto o Estádio Nacional, que outrora sediara grandes celebrações populares da UP[8], foi convertido no maior centro de detenção e tortura do país. A operação também promoveu uma "limpeza" social e urbana, com a remoção forçada de moradias populares das áreas centrais de Santiago, deslocando cerca de 130 mil pessoas para a periferia. (Rodríguez, 2009)

Na Argentina, a ditadura implementou a "Operación Claredad", uma diretriz militar específica para o setor educacional com o objetivo de realizar uma profunda "limpeza ideológica". A operação visava transformar os professores em "guardiões da soberania

[6] O IPES – Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais, por exemplo, "*desenvolveu uma ampla rede de propaganda ideológica, utilizando filmes, panfletos, livros e eventos públicos para disseminar uma retórica fortemente anticomunista e contrária às reformas*" de Goulart (STARLING; MARQUES; BAIÃO, 2025, p. 35).

[7] Já o IBAD - IBAD – Instituto Brasileiro de Ação Democrática investiu pesadamente em campanhas eleitorais conservadoras e em materiais publicitários, como a revista *Ação Democrática*, que vinculava o governo federal à ameaça comunista e à iminente desordem social (STARLING; MARQUES; BAIÃO, 2025, p. 37

[8] A Unidade Popular (UP), foi uma coalizão de partidos de esquerda que governou o Chile entre 1970 e 1973, reunindo socialistas, comunistas e setores progressistas, sob a liderança de Salvador Allende.

ideológica" da nação, doutrinando-os para atuarem como vigilantes do regime. Para isso, foi criada a cartilha "Subversión en el ámbito educativo, conozcamos nuestro enemigo", que ensinava detalhadamente como identificar e delatar colegas e alunos com "ideias subversivas", considerando desde reivindicações por melhores condições de estudo até a participação em assembleias como sinais de perigo. (Ministerio de Educación de la Nación Argentina, 1978), Além da doutrinação, foram impostos regulamentos rígidos sobre a aparência pessoal e o comportamento dos estudantes, proibindo cabelos compridos, barbas e qualquer tipo de manifestação que pudesse ser interpretada como política.

Contudo, há diversas semelhanças entre Brasil, Chile e Argentina que indicam uma estratégia continental coordenada, fundamentada na Doutrina de Segurança Nacional e apoiada pelos Estados Unidos. Essa estratégia não se limitava à tomada do poder pela força, mas se estendia ao campo simbólico por meio de uma "guerra psicológica" contra o chamado "inimigo interno". Em todos os três países, observou-se a construção de uma narrativa oficial que buscava legitimar os golpes como atos de salvação nacional, enquanto políticas de "limpeza" buscavam erradicar ideologias e manifestações culturais associadas à esquerda. Seja pela "*Operação Limpeza*" chilena, com controle sobre corpos e espaços públicos, ou pela "*Operación Claredad*" argentina, voltada à doutrinação educacional, o objetivo era o mesmo: desarticular a oposição, silenciar a dissidência e reformatar a identidade nacional sob uma ótica autoritária, conservadora e alinhada a um novo projeto político e econômico.

A comparação entre os golpes militares e os regimes autoritários instaurados no Brasil (1964-1985), Chile (1973-1990) e Argentina (1976-1983) permite perceber como os Estados Unidos atuaram de maneira estratégica e coordenada na América Latina durante a Guerra Fria. Apesar das particularidades históricas, políticas e sociais de cada país, é possível identificar fundamentos comuns na ação norte-americana que justificam uma análise comparativa.

De forma semelhante, esses regimes compartilham uma origem ideológica semelhante, marcada pela influência da Doutrina de Segurança Nacional e pelo alinhamento com os interesses dos Estados Unidos no combate ao comunismo. A aplicação dessa doutrina criou um cenário de graves violações aos direitos humanos, no qual a violência e o controle estatal se tornaram instrumentos de governo. Tais padrões repressivos foram ainda reforçados pela ''*Operação Condor''*[9], que possibilitou a troca de experiências e técnicas de perseguição, tortura e desaparecimento entre os países da região.

[9] A Operação Condor foi uma rede de cooperação entre ditaduras militares da América do Sul, estabelecida na década de 1970, com o objetivo de perseguir, sequestrar, torturar e eliminar opositores políticos. Argentina, Chile,

Embora compartilhassem esses elementos, os processos de tomada do poder e as trajetórias de redemocratização apresentaram diferenças significativas. No Brasil, o golpe de 1964 instaurou um regime civil-militar, a partir de 1966, instituiu-se um sistema bipartidário composto pela Aliança Renovadora Nacional (ARENA), partido de sustentação do governo, e pelo Movimento Democrático Brasileiro (MDB), oposição consentida que atuava dentro dos limites impostos pelo regime (Fernandes, 2023).

Entretanto, esse arranjo institucional esteve longe de funcionar de forma contínua ou plenamente livre, isto é, o período foi atravessado por intensa instabilidade política, marcada pela edição sucessiva de Atos Institucionais, pela intervenção direta dos militares nas instituições civis e por episódios recorrentes de fechamento compulsório do Congresso Nacional.

Logo após o golpe, o Ato Institucional nº 1 (1964) inaugurou a suspensão de direitos políticos e a cassação de mandatos, sinalizando que o novo governo não hesitaria em utilizar mecanismos de força para consolidar sua autoridade. Em seguida, o AI-2, promulgado em 1965, extinguiu todos os partidos existentes e impôs o bipartidarismo, reorganizando a arena política sob rígido controle autoritário. A ruptura mais profunda, contudo, ocorreu em dezembro de 1968, quando o Ato Institucional nº 5 (AI-5) concedeu ao Executivo poderes excepcionais, autorizando o fechamento do Parlamento, a cassação de mandatos eletivos, a suspensão de garantias constitucionais e a intensificação da repressão estatal (Fernandes, 2023).[10] No mesmo dia, o presidente Costa e Silva assinou o Ato Complementar nº 38, que decretou o recesso das atividades parlamentares em todo o Congresso Nacional, aprofundando a paralisação institucional que marcaria aquele período (Fernandes, 2023). [11]

Assim, mais do que um sistema partidário funcional, o bipartidarismo serviu como instrumento de controle e de legitimação formal de um regime que se estruturava sobre a supressão do pluralismo político e a erosão das liberdades democráticas.

Ainda no contexto latino-americano, após o golpe de 11 de setembro de 1973, o Chile ingressou em um dos períodos mais autoritários de sua história, marcado pela ruptura completa

---

Uruguai, Paraguai, Bolívia e Brasil coordenaram ações de repressão transnacional, compartilhando informações de inteligência e estratégias de repressão.
PARANÁ. Secretaria da Justiça, Família e Trabalho. *"21 anos do descobrimento dos arquivos da Operação Condor"*. Anexo 110. Disponível em: https://www.justica.pr.gov.br/sites/default/arquivos_restritos/files/documento/2022-04/anexo_110._21_anos_do_desc_arquivos_da_operacao_condor.pdf

[11]Sobre o Ato Institucional nº 5 e o Ato Complementar nº 38, ver: BRASIL. Presidência da República. Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968. Diário Oficial da União, Brasília, 13 dez. 1968. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ait/ait-05-68.htm

da ordem democrática e pela instauração de um regime militar de caráter burocrático-autoritário. Com a derrubada de Salvador Allende, o governo passou a ser exercido por uma Junta Militar composta pelos comandantes das três Forças Armadas e dos Carabineros, embora o controle efetivo do Estado tenha rapidamente se concentrado nas mãos do general Augusto Pinochet (Ávila, 2014)[12].

Desde os primeiros dias após o golpe, a Junta Militar implementou medidas voltadas à eliminação de qualquer forma de oposição, promovendo prisões em massa, torturas, execuções e desaparecimentos forçados.[13] Militantes da Unidade Popular, líderes sindicais, intelectuais, estudantes e simpatizantes de esquerda tornaram-se alvos prioritários da repressão, que se consolidou como prática sistemática de governo.

Por conseguinte, essa violência institucional foi acompanhada por uma reorganização profunda do aparato estatal, incluindo o fechamento do Congresso Nacional, a proibição dos partidos políticos e a imposição de rígido controle sobre a imprensa e as organizações sociais.[14]

Em contraste, regimes autoritários da região, como Brasil, Paraguai e Uruguai, reconheceram e apoiaram prontamente a Junta Militar. O Brasil, à época governado por Emílio Garrastazu Médici, foi o primeiro país a confirmar o restabelecimento das relações diplomáticas, contribuindo para a legitimação externa do novo governo. Nesse mesmo sentido, os Estados Unidos também normalizaram rapidamente suas relações com o regime chileno, reforçando o alinhamento anticomunista que orientava sua política hemisférica (Ávila, 2014).

Concluindo a análise dos países latino-americanos abordados nesta pesquisa, a ditadura militar argentina, por sua vez, instaurada em 24 de março de 1976, assim como as experiências autoritárias no Brasil e no Chile, representou uma ruptura profunda nas estruturas políticas, econômicas e sociais do país. O regime, conduzido pela Junta Militar sob o autodenominado Processo de Reorganização Nacional (PRN)[15], consolidou-se como um governo abertamente autoritário, responsável por dissolver instituições democráticas e instituir um amplo aparato

[12] ÁVILA, Carlos Federico Domínguez. *As repercussões internacionais do golpe de Estado no Chile (1973)*. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2014.
[13] SELISTRE, Jacks Ricardo. *Arte e resistência na ditadura militar chilena: a produção de Carlos Leppe e Las Yeguas del Apocalipsis*. 2023. Tese (Doutorado em Artes Visuais) — Instituto de Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2023.
[14] CARDOSO, Rafael. *Chile, 50 anos do golpe: a luta contra um passado mal resolvido*. Agência Brasil, 11 set. 2023. Disponível em: https://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2023-09/chile-50-anos-do-golpe-luta-contra-um-passado-mal-resolvido.
[15] O Processo de Reorganização Nacional (PRN) foi a ditadura civil-militar que governou a Argentina de 24 de março de 1976 a 10 de dezembro de 1983, período marcado pela supressão das instituições democráticas, pela centralização do poder nas Forças Armadas e pela implementação de políticas repressivas e econômicas que reestruturaram profundamente a sociedade argentina.

repressivo. Nessa linha, o aparato foi operado por grupos como os Grupos de Tarefas[16], formados por agentes encarregados de realizar sequestros, torturas e desaparecimentos forçados, evidenciando a política sistemática de violência estatal (Rojas, p. 169, 2014).

Sob a presidência do general Jorge Rafael Videla, que governou entre março de 1976 e março de 1981, o PRN implementou medidas de desregulação, abertura econômica e reorganização produtiva, alinhadas aos interesses das frações dominantes da burguesia e do capital financeiro. Tais transformações estavam inseridas em uma reconfiguração mais ampla do papel do Estado na sociedade argentina, rompendo com o modelo econômico anterior e fortalecendo a hegemonia das elites. Nesse sentido, o autor Gonzalo Adrián Rojas (2014) destaca que:

> ‘’[17]O populismo contribui com uma visão fetichista do Estado ao colocá-lo como uma instância neutra acima dos interesses das classes e das frações de classes da sociedade, ocultando o caráter classista da dominação estatal nas sociedades modernas, expressando e pretendendo ocultar, desta forma, a subordinação da classe operária e demais frações subalternas a determinadas frações da burguesia no bloco no poder da aliança populista.’’

A natureza dos processos de transição política no Cone Sul apresentou variações significativas, refletindo tanto as especificidades históricas de cada país quanto os condicionamentos impostos pelo contexto internacional da Guerra Fria. Enquanto Brasil e Chile vivenciaram transições relativamente pactuadas, marcadas pela negociação entre setores civis e militares, a Argentina constituiu o único caso em que a mudança de regime ocorreu de forma abrupta e não consensual, em decorrência da profunda crise de legitimidade da Junta Militar após a derrota na Guerra das Malvinas (Pastro, 2022)[18].

No contexto brasileiro, a transição democrática distinguiu-se das demais experiências do Cone Sul por ter sido estruturada em torno da centralidade da anistia como mecanismo de reconciliação política (Cancelli, 2021). A passagem do regime militar para a democracia ocorreu por meio de um processo gradual e cuidadosamente controlado pela própria elite militar, orientado pela diretriz da chamada “*abertura lenta, gradual e segura*”, formulada

[16] Movimento repressivo ganhou intensidade especialmente após o Cordobazo foi um levante operário ocorrido em 29 de maio de 1969, em Córdoba, marcado por greves e intensos protestos contra o governo militar, tornando-se um marco de resistência ao enfraquecer a ditadura e impulsionar a mobilização das classes trabalhadoras e dos movimentos sociais.

[17] Rojas, Gonzalo Adrián. A ditadura militar na Argentina (1976-1983): retomando algumas hipóteses frente aos relatos oficiais. *Lutas Sociais*, São Paulo, v. 18, n. 32, p. 163-176, jan./jun. 2014. Disponível em: https://www4.pucsp.br/neils/revista/vol.32/gonzalo_adrian_rojas.pdf

[18] “Cada país também lidou com sua redemocratização de forma distinta. Dos quatro países apresentados, o único que não teve uma transição pactuada foi a Argentina, devido à inabilidade política da Junta Militar diante do descrédito provocado, entre outros fatores, pela derrota na Guerra das Malvinas, em 1982.” (PASTRO, 2022, p. 118).

durante o governo Ernesto Geisel (1974–1979). Esse arranjo político consolidou-se a partir da negociação e do pacto entre setores do regime e parte da oposição, culminando na promulgação da Lei da Anistia de 1979. Seu caráter abrangente, ao incluir agentes das Forças Armadas e dos órgãos de segurança, funcionou como um dispositivo de autoproteção, bloqueando investigações e a responsabilização por graves violações de direitos humanos.

Diante disso, mais do que promover o enfrentamento do legado autoritário, esse modelo operou a neutralização do passado, impondo o esquecimento como condição para a estabilidade do novo regime democrático. Diferentemente das experiências argentina e chilena, não se constituíram, no contexto imediato da redemocratização, políticas institucionais voltadas à memória, à verdade ou à reparação (Cancelli, 2021).

Embora os regimes militares do Brasil, do Chile e da Argentina tenham compartilhado características estruturais comuns, como a repressão política sistemática, o alinhamento ideológico com os Estados Unidos e a restrição das liberdades civis, suas trajetórias não foram homogêneas. No Brasil, o regime instaurado em 1964 preservou formalmente determinadas instituições democráticas, como o Congresso Nacional e o Poder Judiciário, ainda que submetidas a intensa tutela militar. No Chile, o golpe de 1973 deu origem a uma ditadura altamente centralizada sob a liderança de Augusto Pinochet, marcada pela supressão imediata das liberdades políticas e por um uso extensivo da violência de Estado. Já a Argentina viveu, entre 1976 e 1983, uma ditadura militar caracterizada pela completa ausência de mecanismos democráticos e por uma política sistemática de desaparecimentos forçados.

Já no plano econômico, os três regimes também apresentaram estratégias distintas. O Brasil implementou o chamado “milagre econômico”, priorizando a industrialização, o crescimento econômico com controle estatal e o desenvolvimento nacional, mas aprofundando desigualdades sociais. O Chile, sob Pinochet, promoveu políticas neoliberais, com privatizações e desregulamentações, intensificando a concentração de riqueza e a desigualdade social. A Argentina militarizou políticas econômicas voltadas à abertura financeira e à repressão sindical, gerando impactos sociais profundos e reforçando a concentração de recursos nas mãos de poucos.

A experiência argentina contrasta de modo contundente com o modelo brasileiro. Logo após o retorno à democracia, o governo civil revogou a anistia militar e promoveu o julgamento das Juntas, sinalizando um compromisso explícito com os princípios da justiça de transição. O Chile, por sua vez, seguiu um caminho intermediário e mais conflituoso: apesar da redemocratização, o país continua enfrentando intensos debates em torno da memória e da justiça, em grande parte devido à Lei de Anistia de 1978, imposta pelo regime de Pinochet.

Soma-se a esse quadro a permanência da Constituição de 1980, elaborada sob a ditadura, que ainda impõe limites às reformas estruturais e dificulta avanços nas políticas de reparação e responsabilização.

A chave para compreender por que os processos de transição democrática na América Latina assumiram formatos tão distintos está, em grande medida, na influência exercida pela política externa dos Estados Unidos e pela produção intelectual associada ao contexto da Guerra Fria.[19] Nessa perspectiva, Elizabeth Cancelli argumenta que as políticas de transição e de reconciliação não se constituíram de forma espontânea ou neutra, mas foram formuladas como parte de uma estratégia política mais ampla.

Segundo a autora, iniciativas vinculadas ao *Latin American Program* do *Woodrow Wilson International Center for Scholars* desempenharam papel central na definição de marcos interpretativos e na legitimação de políticas de alianças no período final da ditadura brasileira. Estratégias, ancoradas na noção de reconciliação, tinham como objetivo orientar a passagem do regime autoritário para a democracia de modo controlado, preservando alianças entre setores liberais e grupos conservadores e, ao mesmo tempo, limitando as possibilidades de ascensão de projetos políticos identificados com a esquerda (Cancelli, 2021).

O Brasil consolidou-se como o exemplo mais expressivo da eficácia dessa lógica, uma vez que sua transição controlada e a adoção de uma anistia ampla refletem o modelo de conciliação promovido por essa rede de influência. Em sentido oposto, a decisão argentina de julgar as Juntas Militares representou uma ruptura com o arcabouço conciliatório moldado no contexto da Guerra Fria, evidenciando a força das pressões internas por justiça.

Diante do exposto, a análise comparativa das transições democráticas no Cone Sul permite concluir que há trajetórias distintas no que diz respeito à justiça, à memória e ao papel desempenhado pelas Forças Armadas. Essas diferenças tornam-se mais claras quando se considera a atuação estratégica dos Estados Unidos durante a Guerra Fria, cuja influência contribuiu para moldar, de maneiras específicas, os processos de redemocratização no Brasil, no Chile e na Argentina. Ao evidenciar que tais transições não ocorreram de forma espontânea nem exclusivamente a partir de dinâmicas internas, este estudo demonstra que os caminhos adotados por cada país foram profundamente condicionados por interesses geopolíticos e por uma lógica internacional de contenção e conciliação herdada daquele período.

19 A transição pactuada distingue-se por ocorrer de forma progressiva e controlada, desenvolvendo-se ao longo do tempo sob forte influência dos próprios militares que anteriormente exerciam o poder político (Novaro, 2006).

Desse modo, os diferentes modos de enfrentamento, ou de silenciamento, do passado autoritário expressam não apenas escolhas políticas internas, mas também os limites impostos por um contexto internacional que continuou a exercer influência mesmo após o encerramento formal dos regimes militares.

Referências Bibliográficas:

ANDES – Sindicato Nacional. **Após 50 anos do golpe, Chile ainda luta para superar as heranças da ditadura de Pinochet**. ANDES-SN, 11 set. 2023. Disponível em: https://andes.org.br/conteudos/noticia/apos-50-anos-do-golpe-chile-ainda-luta-superar-as-herancas-da-ditadura-de-pinochet1.

ARAÚJO, Maria Paula; PIMENTEL, Izabel; ARAÚJO, Rafael (Org.). **História política da América do Sul nos séculos XX e XXI**. Rio de Janeiro: Autografia, 2024.

ÁVILA, Carlos Federico Domínguez. **As repercussões internacionais do golpe de Estado no Chile (1973)**. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2014.

BBC NEWS BRASIL. **O milagre econômico da ditadura**. São Paulo, 21 dez. 2018. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/articles/c17d57rqeexo.

BONNEFOY, Pascale. **Cuerpos flotando en el Río Mapocho**. Archivos Chile, 2011. Disponível em: https://archivoschile.com/cuerpos-mapocho/.

BRASIL. Presidência da República. **Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968**. *Diário Oficial da União*, Brasília, 13 dez. 1968. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ait/ait-05-68.htm.

CANCELLI, Elizabeth. **Brasil: políticas de transição e de reconciliação, estratégia de Guerra Fria**. *Revista de História* (São Paulo), n. 180, 2021.

CARDOSO, Rafael. **Chile, 50 anos do golpe: a luta contra um passado mal resolvido**. *Agência Brasil*, 11 set. 2023. Disponível em: https://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2023-09/chile-50-anos-do-golpe-luta-contra-um-passado-mal-resolvido.

CHÉLEST, Alessandra Di Giorgi. **Ainda assim resistimos: a particularidade da mobilização social chilena através das lentes de Salas**. 2017. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2017. Disponível em: https://tede2.pucsp.br/bitstream/handle/20528/2/Alessandra%20Di%20Giorgi%20Ch%C3%A9lest.pdf

CONTRERA, Felipe Flávio. **Posições de política externa nos manifestos de campanha de Democratas e Republicanos no Pós-Guerra Fria**. *E-Legis – Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação da Câmara dos Deputados*, 2015.

FERNANDES, Fernando Roque. **O regime civil-militar no Brasil e a opinião pública: da instauração à legitimação do golpe de 1964**. *Revista Territórios & Fronteiras*, v. 16, n. 1, p. 92–104. 2023.

GLOBO ESPORTE (GE). **Há 45 anos, Estádio Nacional do Chile foi palco de prisões e tortura da ditadura chilena**. Rio de Janeiro, 11 set. 2018. Disponível em: https://ge.globo.com/futebol/futebol-internacional/noticia/ha-45-anos-estadio-nacional-do-chile-foi-palco-de-prisoes-e-tortura-da-ditadura-chilena.ghtml.

HOBSBAWM, Eric. **A era dos extremos: o breve século XX (1914–1991)**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

JACOBIN BRASIL. **Guerra Fria Interamericana**. São Paulo, 20 jul. 2021. Disponível em: https://jacobin.com.br/2021/07/guerra-fria-interamericana/

JACOBIN BRASIL. **Os Estados Unidos usaram a América Latina como laboratório**. São Paulo, 19 abr. 2023. Disponível em: https://jacobin.com.br/2023/04/os-estados-unidos-usaram-a-america-latina-como-laboratorio/

LATINOAMERICANA, Wiki. **Malvinas, Guerra das**. *Enciclopédia*. Disponível em: https://latinoamericana.wiki.br/verbetes/m/malvinas-guerra-das

MEMÓRIA VIVA. **Estadio Nacional**. Disponível em: https://memoriaviva.com/centros-de-detencion/metropolitana/estadio-nacional/.

MEMORIAL DA DEMOCRACIA. **Kennedy cria "Aliança para o Progresso"**. [s.l.], 2025. Disponível em: https://memorialdademocracia.com.br/card/kennedy-cria-alianca-para-o-progresso

NOVARO, Marcos. **Transición democrática y legados autoritarios en Argentina, Chile y Uruguay**. *Studia Historica. Historia Contemporánea*, Salamanca, n. 33, p. 17–365, 2015. Disponível em: https://revistas.usal.es/uno/index.php/0213-2087/article/view/14492/14847

PARANÁ. Secretaria da Justiça, Família e Trabalho. **21 anos do descobrimento dos arquivos do terror**. Anexo 110. 2022. Disponível em: https://www.justica.pr.gov.br/sites/default/arquivos_restritos/files/documento/2022-04/anexo_110._21_anos_do_desc_arquivos_da_operacao_condor.pdf

PASTRO, Tamara Claudia Coimbra. **O potencial do método histórico-comparativo para o estudo das ditaduras e da Justiça de Transição no Cone-Sul**. *Revista Discente Ofícios de Clio*, Pelotas, v. 7, n. 12, p. 107–122, jan./jun. 2022. ISSN 2527-0524.

PEREIRA, Lia Valls. **Democratas ou Republicanos? Tanto faz**. *Conjuntura Econômica*, Rio de Janeiro, v. 54, n. 12, p. 66–69, dez. 2000.

RODRÍGUEZ, Alfredo; RODRÍGUEZ, Paula (ed.). **Santiago, una ciudad neoliberal**. Quito: OLACCHI – Organización Latinoamericana y del Caribe de Centros Históricos, 2009. Disponível em: https://biblio.flacsoandes.edu.ec/libros/digital/57371.pdf

ROJAS, Gonzalo Adrián. **A ditadura militar na Argentina (1976–1983): retomando algumas hipóteses frente aos relatos oficiais**. *Lutas Sociais*, São Paulo, v. 18, n. 32, p. 163–176, jan./jun. 2014. Disponível em: https://revistas.pucsp.br/index.php/ls/article/view/25699

SCHWEICKARDT, Márcio Roberto. **"A Revolução de 31 de Março": o golpe civil-militar de 1964 nos discursos presidenciais de Castello Branco**. 2020. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em História) – Universidade Feevale, Novo Hamburgo, 2020.

SELISTRE, Jacks Ricardo. **Arte e resistência na ditadura militar chilena: a produção de Carlos Leppe e Las Yeguas del Apocalipsis**. 2023. Tese (Doutorado em Artes Visuais) – Instituto de Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2023.

SUBVERSIÓN en el ámbito educativo, conozcamos nuestro enemigo. **Ministerio de la Cultura y Educación**. Buenos Aires, 1977. Disponível em: http://www.bnm.me.gov.ar/giga1/documentos/EL003637.pdf.

TONIAL, Marcos Paulo. **A política externa de Reagan e a redemocratização da América Latina (1981–1988)**. *Anos 90*, Porto Alegre, v. 13, n. 23/24, p. 241–253, 2006.